

## CAPÍTULO I

### LETRAS E IDÉIAS NO BRASIL COLONIAL

**O**S PRIMEIROS estudiosos da nossa literatura, ao tempo do Romantismo, se preocuparam em determinar como ela surgiu aqui, já que o relativismo então reinante ensinara que as instituições da cultura radicam nas condições do meio, variando conforme elas. E como a época era de exigente nacionalismo, consideravam que lutara dois séculos para se formar, a partir do nada, como expressão de uma realidade local própria, descobrindo aos poucos o verdadeiro caminho, isto é, a descrição dos elementos diferenciais, notadamente a natureza e o índio. Um expositor racional desta corrente, Joaquim Norberto, chegou a imaginar a existência de uma literatura indígena autenticamente nossa, sufocada pelo colonizador...

Daí, a concepção transitou à crítica naturalista, e dela aos nossos dias, levando a conceber a nossa literatura como processo retilíneo de abasileiramento, por descoberta da realidade da terra ou recuperação de uma posição idealmente pré-portuguesa, quando não antiportuguesa. Resultaria uma espécie de espectrograma em que a mesma cor fosse passando das tonalidades esmaecidas para as mais densamente carregadas, até o nacionalismo triunfal dos indianistas românticos.

Este ponto de vista é historicamente compreensível como elemento de tomada de consciência da jovem nação, tanto mais quanto os letrados brasileiros, a certa altura do século XVIII, passaram conscientemente a querer *fundar* ou *criar* uma literatura nossa, embora com as aspirações separatistas dos românticos. O ponto de vista moderno tenderia mais ao deles, pois o que realmente interessa é investigar como se formou aqui uma literatura, concebida menos como apoteose de cambucás e morubixabas, de sertanejos e cachoeiras, do que como manifestação dos grandes problemas do homem do Ocidente nas novas condições de existência. Do ponto de vista histórico, interessa averiguar como se manifestou uma lite-

ratura enquanto sistema orgânico, articulado, de escritores, obras e leitores ou auditores, reciprocamente atuantes, dando lugar ao fenômeno capital da formação de uma *tradição* literária.

Sob este aspecto, notamos no processo formativo dois blocos diferentes: um, constituído por manifestações literárias ainda não inteiramente articuladas; outro, em que se esboça e depois se afirma esta articulação. O primeiro compreende sobretudo os escritores de diretriz cultista, ou conceptista, presentes na Bahia, de meados do século XVII a meados do século XVIII; o segundo, os escritores neoclássicos ou arcádicos, os publicistas liberais, os próprios românticos, porventura até o terceiro quartel do século XIX. Só então se pode considerar *formada* a nossa literatura, como sistema orgânico que funciona e é capaz de dar lugar a uma vida literária regular, servindo de base a obras ao mesmo tempo universais e locais.

*Tradição e meio* Historicamente considerado, o problema da ocorrência de uma literatura no Brasil se apresenta ligado de modo indissolúvel ao do ajustamento de uma tradição literária já provada há séculos – a portuguesa – às novas condições de vida no trópico. Os homens que escrevem aqui durante todo o período colonial são, ou formados em Portugal, ou formados à portuguesa, iniciando-se no uso de instrumentos expressivos conforme os moldes da mãe-pátria. A sua atividade intelectual, ou se destina a um público português, quando desinteressado, ou é ditada por necessidades práticas – administrativas, religiosas. É preciso chegar ao século XIX para encontrar os primeiros escritores formados aqui e destinando a sua obra ao magro público local.

Não se devem por isso perder de vista duas circunstâncias capitais: o imediatismo das intenções e a exigüidade dos públicos, que produziram algumas importantes conseqüências. Assim, ou a obra se confundia à atividade prática, como elemento dela (sermão, relatório, polêmica, catequese), ou se fechava na fronteira de pequenos grupos letrados, socialmente ligados às classes dominantes, com a tendência conseqüente ao requinte formal. Num caso e noutro pesava na composição da obra o destino que ela teria. O auditório de igreja, os convivas de sarau seriam os públicos mais à mão; o curso oral, à boca pequena, o meio principal de divulgar. Também a obra exclusivamente escrita pouco se aparta da intenção e pontos de vista práticos, na medida em que é crônica, informação, divulgação.

Estas considerações sugerem alguns dos modos por que se teria processado o ajuste entre a tradição européia e os estímulos locais, faltando mencionar que os padrões estéticos do momento – os do atualmente chamado Barroco – atuaram como ingrediente decisivo.

*Literatura religiosa*

Procurando sintetizar estas condições, poderíamos dizer que as manifestações literárias, ou de tipo literário, se realizaram no Brasil até a segunda metade do século XVIII, sob o signo da religião e da transfiguração.

Aquela foi a grande diretriz ideológica, justificando a conquista, a catequese, a defesa contra o estrangeiro, a própria cultura intelectual. Era idéia e princípio político, era forma de vida e padrão administrativo; não espanta que fosse, igualmente, princípio estético e filosófico. À sua luz se abriga toda a obra de José de Anchieta (1533-1597), desde as admiráveis cartas-relatórios, descrevendo o quadro natural e social em que se travavam as lutas da fé, até os autos didáticos, os cantos piedosos em que as suas verdades eram postas ao alcance do catecúmeno. As crônicas do jesuíta português Simão de Vasconcelos obedecem a princípio, declaradamente religioso, de informar e edificar; mas o mesmo acontece, no fundo, à *História* do franciscano brasileiro Vicente do Salvador (156?-163?), sob aparência de piedade menos imediata. E até a crônica do militar português Francisco de Brito Freire, tão política, pinta no fundo os progressos da fé, encarnados no guerreiro e administrador que luta contra o protestante flamengo – o que também verificamos no *Valoroso Lucideno*, de Frei Manuel Calado.

*Pe. Antônio Vieira*

Se sairmos dessa literatura histórica, deparemos com a oratória sagrada, seara do maior luso-brasileiro do século, o jesuíta Antônio Vieira (1608-1697). Já aqui a religião-doutrina se mistura indissolavelmente à religião-símbolo. Estamos em pleno espaço barroco, e a dialética intelectual esposa as formas, as metáforas, toda a marcha em arabesco da expressão *culta*. Estamos, além disso, no gênero ideal para o tempo e o meio, em que o falado se ajusta às condições do atraso da colônia desprovida de prelos, de gazetas, quase de leitores. Nunca o verbal foi tão importante e tão adequado, sendo ao mesmo tempo a via requerida pela propaganda ideológica e o recurso cabível nas condições locais. E nunca outro homem encarnou tão bem este conjunto de circunstâncias, que então cercavam a vida do espírito no Brasil – sendo ao mesmo tempo missionário, político, doutrinador e incomparável artífice da palavra, penetrando com a religião como ponta-de-lança pelo campo do profano.

*Gregório de Matos*

Seu contemporâneo Gregório de Matos (1633-1696) foi o profano a entrar pela religião adentro com o clamor do pecado, da intemperança, do sarcasmo, nela buscando fanal e lenitivo. Ao orador junta-se este poeta repentista e recitador para configurar ao seu

modo, e também sob o signo do Barroco, a oralidade característica do tempo, que permaneceu tendência-limite no meio baiano, até os nossos dias. Apesar de conhecido sobretudo pelas poesias burlescas, talvez seja nas religiosas que Gregório alcança a expressão mais alta, manifestando a obsessão com a morte, tão própria da sua época, e nele muito pungente, porque misturada à exuberância carnal e ao humorismo satírico, desbragados e saudáveis. Nascido na Bahia, amadureceu no Reino e só voltou à pátria na quadra dos quarenta; lá e aqui não parece ter cuidado em imprimir as obras, que se malbarataram nas cópias volantes e no curso deformador da reprodução oral, propiciando a confusão e deformação que ainda hoje as cercam.

Em torno dessas duas grandes figuras circulam outras, também da Bahia – clérigos e homens de prol, dados ao discurso e à glosa. Mas um apenas dentre eles parece ter-se considerado realmente homem de letras, tendo sido o primeiro brasileiro nato a publicar um livro: Manuel Botelho de Oliveira (1636-1711). Já aqui não estamos na região elevada em que o estilo *culto* exprime uma visão da alma e do mundo, emprestando-lhe o seu caprichoso vigor expressivo. Estamos, antes, no âmbito do Barroco vazio e malabarístico, contra o qual se erguerão os árcades, e que passou à posteridade como índice pejorativo da época. Botelho de Oliveira é, deste ponto de vista, mais representativo que os outros da média da nossa literatura *culta*, as mais das vezes apenas alambicada. E nos serve para introduzir o segundo tema dominante, que se definiu justamente graças ao espírito barroco.

#### *Transfiguração barroca*

O espanto ante as novidades da terra levou facilmente à hipérbole. As modas literárias e artísticas, dominantes desde os fins do século XVI, somaram-lhe a *agudeza* e a busca deliberada da expressão complicada e rica. Em conseqüência, estendeu-se sobre o Brasil, por quase dois séculos, um manto rutilante que transfigurou a realidade – ampliando, suprimindo, torcendo, requintando. Sobre o traço objetivo e descarnado de certos cronistas atentos ao real – Gabriel Soares, Antonil –, brotou uma folhagem até certo ponto redentora, que emprestou à terra bruta estatura e lenda e contornos de maravilha. Lembremos apenas o caso do mundo vegetal, primeiro descrito, depois retocado, finalmente alçado à metáfora. Se em Gabriel Soares de Sousa (1578) o abacaxi é fruta, nas *Notícias Curiosas e Necessárias das Cousas do Brasil* (1668), de Simão de Vasconcelos, é fruta real, coroada e soberana; e nas *Frutas do Brasil* (1702), de Frei Antônio do Rosário, a alegoria se eleva ao simbolismo moral, pois a régia polpa é doce às línguas sadias,

mas mortifica as machucadas – vale dizer, galardoia a virtude e castiga o pecado. Por isto, o arguto franciscano constrói à sua roda um complicado edifício alegórico, nele encerrando os diferentes elementos do rosário. Nesta fruta, americana entre todas, compendiou-se a transfiguração da realidade pelo Barroco e a visão religiosa. Em Botelho de Oliveira, Rocha Pita, Itaparica, Durão, São Carlos, Porto Alegre, ela e outras, no seu séquito, conduzem, até o cerne do século XIX, a própria idéia de mudança da sensibilidade européia nas condições do Novo Mundo.

A historiografia barroca ampliou o processo a toda a realidade, natural e humana, e os esforços de pesquisa documentária promovidos pelas Academias (dos *Esquecidos*, 1724-1725; dos *Renascidos*, 1759-1760) só deixam de ser listas neutras de bispos e governadores quando os seus dados se organizam num sistema nativista de interpretação religiosa e de metáfora transfiguradora. É o caso, sobretudo, da *História da América Portuguesa* de Sebastião da Rocha Pita (1660-1738), onde o Brasil se desdobra como um portento de glórias nos três reinos da natureza, enquadrando a glória do homem – que converte o gentio, expulsa o herege e recebe como salário as dádivas vegetais e minerais, a cana e o ouro.

Não suprimindo, mas envolvendo e completando o conhecimento objetivo da realidade, a visão ideológica e estética da colônia se fixa de preferência na apoteose da realidade e no destino do europeu, do pecador resgatado pela conquista e premiado com os bens da terra, quando não redimido pela morte justa. Isto mostra como o verbo literário foi aqui – ajudado e enformado pela mão do Barroco – sobretudo instrumento de doutrina e composição transfiguradora. Alegoria do mundo e dos fatos; drama interior da carne e do espírito; concepção teológica da existência. Rocha Pita, Gregório de Matos, Antônio Vieira encarnam as vias mestras do ajustamento do verbo ocidental à passagem moral e natural do Brasil.

*Influência da Ilustração* Essa visão transfiguradora se incorporou para sempre à literatura e aos estudos, constituindo um dos elementos centrais da nossa educação e do nosso ponto de vista sobre as coisas. Em meados do século XVIII veio juntar-se a ela uma concepção até certo ponto nova, que representa, nas idéias em geral, a influência das correntes *ilustradas* do tempo; na literatura, do Classicismo de inspiração francesa e do Arcadismo italiano. Sem anular as tendências anteriores, as correntes então dominantes no gosto e na inteligência apresentam caracteres diversos. Poderíamos esquematizá-las dizendo: 1) que a confiança na razão procurou, se não substituir, ao menos alargar a visão religiosa; 2) que o ponto de vista exclusivamente moral se completou – sobretudo nas

interpretações sociais – pela fé no princípio do progresso; 3) que, em vez da transfiguração da natureza e dos sentimentos, acentuou-se a fidelidade ao real. Em suma, formou-se uma camada mais ou menos neoclássica, rompida a cada passo pelos afloramentos do forte sedimento barroco.

Aproximadamente com tais características, ocorreu no Brasil uma bruxuleante Época das Luzes, que se encaminhou para a independência política e as teorias da emancipação intelectual, tema básico do nosso Romantismo após 1830. Historicamente, ela se liga ao Pombalismo, muito propício ao Brasil e aos brasileiros, e exemplo do ideal setecentista de bom governo, desabusado e reformador. Para uma colônia habituada à tirania e carência de liberdade, pouco pesaria o seu despotismo; em compensação avultaram a sua simpatia pessoal pelos colonos que utilizou e protegeu em boa cópia, assim como os planos e medidas para o nosso desenvolvimento. Algo *moderno* parecia acontecer; e os escritores do Brasil se destacam no ciclo do Pombalismo literário, com o *Uraguai* de Basílio da Gama, justificando a luta contra os jesuítas; *O Desertor*, de Silva Alvarenga, celebrando a reforma da Universidade, de que foi reitor um brasileiro, D. Francisco de Lemos; *O Reino da Estupidez*, de Francisco de Melo Franco, atacando a reação do tempo de D. Maria I. Isto, sem contar uma série de poemas *ilustrados* de Cláudio Manuel e Alvarenga Peixoto, formulando a teoria do bom governo, apelando para as grandes obras públicas, louvando o governante capaz: Pombal, Gomes Freire de Andrada, Luís Diogo Lobo da Silva.

Daí resultou incremento de nativismo, voltado, agora, não apenas para a transfiguração do país, mas para a investigação sistemática da sua realidade e para os problemas de transformação do seu estatuto político. As condições econômicas eram outras, impondo-se a libertação dos monopólios metropolitanos – sobretudo o do comércio – num país que sofrera o baque do ouro decadente e necessitava maior desafogo para manter a sua população. As revoluções americana e francesa, o exemplo das instituições inglesas, o nascente liberalismo oriundo de certas tendências *ilustradas* completariam o impacto do Pombalismo, formando um ambiente receptivo para as idéias e medidas de modernização político-econômica e cultural, logo esboçadas aqui com a presença da Corte, a partir de 1808. No Brasil joanino conjugaram-se as tendências às circunstâncias, tornando inevitável a autonomia política.

Estas considerações visam a sugerir que, no período em questão, houve entrosamento acentuado entre a vida intelectual e preocupações político-sociais. As diretrizes respectivas – conforme as entreviam os nos-

sos homens de então nos modelos franceses e ingleses – se harmonizavam pela confiança na força da razão, considerada tanto como instrumento de ordenação do mundo, quanto como modelo de uma certa arte clássica, abstrata e universal. A isto se juntavam: 1) o culto da natureza, que favoreceu a busca da naturalidade de expressão e sinceridade de emoção, contrabalançando a sua eventual *secura*; 2) o desejo de investigar o mundo, conhecer a lei da sua ordem, que a razão apreendia; 3) finalmente, a aspiração à verdade, como descoberta intelectual, como fidelidade consciente ao natural, como sentimento de justiça na sociedade.

No caso brasileiro, estes pendores se manifestaram freqüentemente pelo desejo de mostrar que também nós tínhamos capacidade para criar uma expressão racional da natureza, generalizando o nosso particular mediante as disciplinas intelectuais aprendidas com a Europa. E que havia uma verdade relativa às coisas locais, desde a descrição nativista das suas características até a busca das normas justas, que deveriam pautar o nosso comportamento como povo.

A passagem a esta nova maneira de ver é clara na diferença entre dois grêmios, que se sucederam na segunda metade do século XVIII. A Academia dos Renascidos, fundada na Bahia em 1754 por um grupo de legistas, clérigos e latifundiários, visava temas literários e históricos – de uma história lendária e próxima à epopéia ou duma crônica mais ou menos ingênua de acontecimentos. Dela resultaram os *Desagravos do Brasil*, de Loreto Couto, a *História Militar*, de José Mirales, as *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*, de Frei Gaspar da Madre de Deus. A Academia assinala um instante capital na formação da nossa literatura, ao congregar homens de letras de várias partes da colônia, num primeiro lampejo de integração nacional.

A Academia Científica, fundada no Rio em 1771 por médicos e retomada sob o nome de Sociedade Literária em 1786, para durar intermitentemente até 95, propagou a cultura do anil e da cochinha, introduziu processos industriais, promoveu estudos sobre as condições do Rio e acabou criticando a situação da colônia com base em Raynal e inspirações tomadas também a Rousseau e Mably.

*Transição do Cultismo  
para o Arcadismo*

Nos escritores deste período encontramos os que representam uma passagem ou mistura, de Barroco e Arcadismo; os que manifestam diferentes aspectos de um nativismo, que vai deixando de ser apenas extático para ser também nacional; os que procuram superar a contorsão do estilo *culto* por uma expressão adequa-

da à natureza e à verdade; os que passam da transfiguração da terra para as perspectivas do seu progresso.

Muito interessantes como sintoma são os *Diálogos Político-Morais* (1758), de Feliciano Joaquim de Sousa Nunes, ou antes a sua “Introdução”, onde vem claramente expresso o tema do ressentimento dos intelectuais brasileiros, que desejavam ser reconhecidos a par dos metropolitanos e se apegavam, como defesa, à teoria de que o critério de avaliação deveria ser o mérito, não as circunstâncias de naturalidade ou posição social.

Esta atitude ocorre também em Cláudio Manuel da Costa (1729-1789), escritor de transição entre o Cultismo e as novas tendências, representando de algum modo o início de uma atividade literária regular e de alta qualidade no seu país. Contemporâneo dos fundadores da Arcádia Lusitana (1756), que empreendeu a campanha neoclássica em Portugal, reajustou conforme os seus preceitos a forte vocação barroca, encontrando a solução numa espécie do Neoquinhentismo – semelhando um novo Diogo Bernardes pela síntese da simplicidade clássica e certo maneirismo infuso. Há muita beleza nas suas éclogas, apesar da eventual prolixidade; mas nos sonetos está o melhor do seu estro, como forma e elaboração dos dados humanos.

Muito apegado à terra natal, é visível nele a impregnação em profundidade dos seus aspectos típicos, naturais e sociais: rocha, ouro, mineração, angústia fiscal. Neste sentido, empreendeu cantar numa epopéia a vitória das normas civis sobre o caos da zona pioneira de aventureiros, narrando a história da Capitania de Minas. O resultado foi mau, não chegando a publicar o referido poema – *Vila Rica* – embora o tivesse aprontado antes de 1780.

Seu amigo Inácio José de Alvarenga Peixoto (1744-1793) deixou obra pequena, próxima da sua, pela forma e as preocupações políticas, igualmente embebidas na realidade mineira. Com Tomás Antônio Gonzaga (1744-1810), companheiro de ambos em Ouro Preto, o Arcadismo encontrou no Brasil a mais alta expressão. Na sua obra há um aspecto de erotismo frívolo, expresso principalmente nas poesias de metro curto, anacreônticas em grande parte, celebrando a namorada, depois noiva, sob o nome pastoral de Marília. Mas ela vale sobretudo pelas de metro longo, voltadas para a expressão lírica da sua própria personalidade. Nelas, com admirável simplicidade e nobreza, traça um roteiro das suas preocupações, da sua visão do mundo

e, depois de preso, do seu otimismo estóico. A ele se tem atribuído cada vez mais a autoria das famosas *Cartas Chilenas*, sátira violenta contra um governador de Minas, em que se verberam desmandos administrativos e revelam costumes do tempo, em verso enérgico e expressivo.

Estes três poetas se envolveram na Inconfidência Mineira, parecendo que apenas Alvarenga Peixoto desempenhou nela papel militante. De qualquer modo, foram duramente castigados e representam no Brasil o primeiro e até hoje maior holocausto da inteligência às idéias do progresso social.

*José Basílio da Gama* Iguamente progressistas e muito estritamente pombalinos (como ficou dito) foram dois outros contemporâneos que formaram um par separado: José Basílio da Gama (1741-1795) e Manuel Inácio da Silva Alvarenga (1749-1814).

O *Uruguai* (1769), do primeiro (porventura a mais bela realização poética do nosso Setecentos), classificado em geral como epopéia, é na verdade um curto poema narrativo de assunto bélico, visando ostensivamente a atacar os jesuítas e a defender a intervenção pombalina nas suas missões do sul. Visivelmente atrapalhado por um material polêmico que não teria tempo ou disposição de elaborar, o poeta relegou-o para as notas o mais que pôde. No corpo do poema avultou a simpatia pelo índio, esmagado entre interesses opostos; e a fantasia criadora elaborou um admirável universo plástico, descrevendo a natureza e os feitos com um decassílabo solto de rara beleza e expressividade, nutrido de modelos italianos. Graças a isto, o *Uruguai* se tornou um dos momentos-chave da nossa literatura, descrevendo o encontro de culturas (européia e ameríndia), que inspiraria o Romantismo indianista, para depois se desdobrar, como preocupação com o novo encontro entre a cultura urbanizada e a rústica, até *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, o romance social e a sociologia. Ao tempo de Basílio, tratava-se de optar, neste processo, entre a tradicional orientação catequética e a nova direção estatal, colocando-se ele francamente ao lado desta.

*Silva Alvarenga* Na mesma linha se pôs o seu amigo Silva Alvarenga, que veio para o Rio depois de formado, enquanto ele permanecia em Portugal. Silva Alvarenga, no poema herói-cômico *O Desertor* (1774), apóia a reforma da Universidade, atacando os velhos métodos escolásticos; e pela vida afora, mesmo após a reação que sucedeu à queda de Pombal, continuou fiel à sua obra e às tendências *Ilustradas*, em poemas didáticos e, sobretudo, pela já referida atuação na Sociedade Lite-

rária, de que foi mentor e lhe valeu quase quatro anos de prisão. O seu papel foi muito importante no Rio dos últimos decênios do século XVIII, influenciando, como professor, na juventude de que saíram alguns próceres da Independência –, o que faz do velho árcade um elo entre as primeiras aspirações *filosóficas* brasileiras e a sua conseqüência político-social.

Como poeta, entretanto, é sobretudo o autor de *Glaura* (1799), que contém uma série de rondós e outra de madrigais. Os primeiros são uma forma poética inventada por ele com base numa estrofe de Metastásio e constituindo, apesar da monotonia, melodioso encanto em que perpassam imagens admiravelmente escolhidas para denotar o velho tema da esperança e decepção amorosa. Os madrigais, mais austeros como forma, mostram a capacidade clássica de exprimir os sentimentos em breve suma equilibrada. Dentre os árcades, é o mais fácil e musical dos poetas, já que Domingos Caldas Barbosa (1740?-1800) é antes um modinheiro cujas letras fenecem sem a partitura.

*Santa Rita Durão* Para encerrar este grupo de homens superiormente dotados, falta mencionar Frei José de Santa Rita Durão (1722-1784), que fica à parte pela decidida oposição à ideologia pombalina e fidelidade à tradição camoniana. A sua cultura escolástica e o afastamento dos meios literários, mais a influência de cronistas e poetas que se ocuparam do Brasil no modo barroco (Vasconcelos, Rocha Pita, Jaboa-tão, Itaparica), fazem dele, sob muitos aspectos, prolongamento da visão religiosa e transfiguradora atrás mencionada, levando-o a avaliar a colonização do ângulo estritamente catequético. Mas a época e o talento fizeram-no buscar, para além da falsa e arrebicada epopéia pós-camoniana, um veio quinhentista mais puro, para celebrar a história da sua pátria no *Caramuru* (1781). Resultou um poema passadista como ideologia e fatura, mas fluente e legível, com belos trechos descritivos e narrativos, devido à imaginação reprodutiva e à capacidade de metrificar as melhores sugestões das fontes que utilizou. Ele representa uma posição intermediária importante, por ter atualizado a linha nativista de celebração da terra, abrindo caminho para a sua florescência no século XIX.

Costuma-se abranger estes poetas sob o nome coletivo de Escola Mineira. Na verdade, formam, como vimos, três segmentos distintos no movimento arcádico, e a designação só se justificaria caso tomada como sinônimo do grupo brasileiro dentro do Arcadismo português, dada a circunstância de todos eles terem, ou nascido em Minas, ou lá passado as partes decisivas da vida.

*Formação e atividade científica  
no século XVIII*

A geração que fez os estudos em Coimbra depois da Reforma pombalina em 1769 encontrou oportunidades novas de formação científica. Os brasileiros se agarraram com notável sofreguidão, sendo proporcionalmente grande o número dos que seguiram cursos de matemática, ciências naturais e medicina. Além disso, começam a ir segui-los em outras universidades européias, como Edimburgo e Montpellier, alargando os horizontes mentais. Não nos esqueçamos de que eram médicos formados nesta, Jacinto da Silva, um dos principais acusados no processo da Sociedade Literária, e Manuel de Arruda Câmara, mentor dos liberais pernambucanos, enquanto um dos ideadores da Inconfidência Mineira, José Álvares Maciel, estudara ciências naturais e química em Coimbra e na Inglaterra.

Ocorre então um fato ainda não bem estudado – o da quantidade de jovens bem-dotados e de boa formação que, não obstante, se perdem para a vida científica ou não tiram dela os frutos possíveis. É que a multiplicidade das tarefas, que então se apresentam, os solicita para outros rumos, enquanto a pobreza do meio condena a sua atividade, ou ao praticismo, ou ao abafamento pela falta de repercussão. Isto, não só para os que trabalham na pátria, mas ainda para os que servem na Metrópole. O motivo se prende em parte à própria estrutura social, pois a inexistência de estratos intermédios entre o homem culto e o homem comum, bem como a falta de preparação dos estratos superiores, os forçavam às posições de liderança administrativa ou profissional. Eram por assim dizer aspirados pelos postos de responsabilidade, quaisquer que eles fossem – vendo-se o mesmo homem ser oficial, professor, escritor e político; ou desembargador, químico e administrador. Outros, que logravam ficar nos limites da sua especialidade, viam os seus trabalhos votados ao esquecimento, inéditos por desinteresse do meio ou dispersos pela desídia e desonestidade.

De qualquer modo, representam um triunfo relativo das Luzes, e muitos marcaram o seu tempo. Poucas vezes o Brasil terá produzido, no espaço de um quarto de século, numa população livre que não atingisse dois milhões, na absoluta maioria analfabetos, homens da habilitação científica de Alexandre Rodrigues Ferreira, Francisco Luís de Lacerda e Almeida, José Bonifácio de Andrada e Silva, Francisco de Melo Franco, José Vieira Couto, Manuel Ferreira da Câmara de Bittencourt e Sá, seu irmão José de Sá Bittencourt Câmara, José Mariano da Conceição Veloso, Leandro do Sacramento – para citar os de maior tomo, deixando fora uma excelente segunda linha de estudiosos e divulgadores que se contam por dezenas.

Todos, ou quase todos estes homens tinham, como era próprio às concepções do tempo, uma noção muito civil da atividade científica, desejando que ela revertesse imediatamente em benefício da sociedade, como proclamavam tanto um Rodrigues Ferreira no último quartel do século XVIII, quanto o matemático Manuel Ferreira de Araújo Guimarães em 1813, na apresentação da sua revista *O Patriota*. A eles devemos os primeiros reconhecimentos sistemáticos do território, em larga escala, seja do ponto de vista geodésico (Lacerda e Almeida), seja zoológico e etnográfico (Rodrigues Ferreira), seja botânico (Veloso, Leandro), bem como as primeiras tentativas de exploração e utilização científica das riquezas minerais (Vieira Couto, Câmara). Entre eles se recrutaram alguns dos quadros mais importantes da Independência e do Primeiro Reinado, como o naturalista José Bonifácio, os matemáticos Vilela Barbosa e Ribeiro de Resende, pois muitos deles passaram (conseqüência natural da filosofia das Luzes e solicitação de um meio pobre em homens capazes) da ciência à política, da especulação à administração.

*Publicistas e doutrinadores* Ao seu lado avulta um segundo grupo (a que muitos deles pertencem igualmente), também formado sob o influxo das reformas do grande Marquês: são os publicistas, estudiosos da realidade social, doutrinadores dos problemas por ela apresentados, como José da Silva Lisboa (1756-1835), divulgador da economia liberal entre nós, porta-voz dos interesses comerciais da burguesia litorânea; ou Hipólito José da Costa Pereira (1774-1823), o nosso primeiro jornalista, que a partir de 1808 empreendeu no *Correio Braziliense*, publicado em Londres, uma esclarecida campanha a favor da modernização da vida brasileira, sugerindo uma série de medidas do maior alcance, como responsabilidade dos governadores, representação provincial, abolição do cativo, imigração de artífices e técnicos, fundação da Universidade, transferência da capital para o interior.

*Azeredo Coutinho* Figura de relevo foi a de D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho (1743-1821), que talvez encarne como ninguém as tendências características da nossa Ilustração – ao mesmo tempo religiosa e racional, realista e utópica, misturando a influência dos filósofos ao policiamento clerical. A sua obra de educador no famoso Seminário de Olinda é considerada o marco do ensino moderno entre nós, enquanto o admirável e estranho *Ensaio Econômico* (1794) entra pelo devaneio e o plano salvador (que tanto nos caracterizariam daí por diante), procurando associar o índio ao progresso graças ao aproveitamento das

suas aptidões naturais, canalizando-as para a navegação, e esta para o comércio do sal, reputado como fonte revolucionadora de riqueza.

*Os sacerdotes liberais* Com este bispo ilustre, tocamos num terceiro grupo intelectual que desempenhou papel decisivo nas nossas Luzes e a sua aplicação ao plano político: os sacerdotes liberais, diretamente ligados à preparação dos movimentos autonomistas. Núcleo fundamental foi, por exemplo, o que se reuniu em Pernambuco à volta do Padre Manuel de Arruda Câmara (1752-1810), provavelmente de caráter maçônico – o chamado *Areópago de Itambé* – e se prolongou através do proselitismo do Padre João Ribeiro Pessoa, seu discípulo, formando os quadros das rebeliões de 1817 e 1824, a que se ligam outros tonsurados liberais: os Padres Roma e Alencar; os Frades Miguelinho e Joaquim do Amor Divino Caneca (1779-1825), este, panfletário e jornalista de extraordinário vigor, teórico do regionalismo pernambucano, fuzilado pelo seu papel na Confederação do Equador.

Os oradores sacros se desenvolveram então em grande relevo, graças à paixão de D. João VI pelos sermões; e muitos deles, além de contribuírem para formar o gosto literário, usaram o púlpito como tribuna de propaganda liberal, sobretudo na preparação final da Independência e no Primeiro Reinado, sendo muitos deles maçons praticantes, como Januário da Cunha Barbosa (1780-1846), companheiro de Gonçalves Lêdo no jornal *Revérbero Constitucional*. Outros, como os Frades Sampaio e Monte Alverne, chegaram a exercer acerbamente o direito de crítica em relação às tendências autoritárias do primeiro imperador. Assim, pela mistura de devoção e liberalismo, o clero brasileiro do primeiro quartel do século XIX – classe culta por excelência – encarou construtivamente alguns aspectos peculiares da nossa Época das Luzes, ardente e contraditória.

*Literatos* O quarto grupo nos traz de volta aos escritores propriamente ditos, os literatos, que então eram quase exclusivamente poetas. Entre 1750 e 1800 nascem umas duas gerações unificadas em grande parte por caracteres comuns e, no conjunto, nitidamente inferiores às precedentes. Árcades, eles ainda o são; mas empedernidos, usando fórmulas, e que muitos deles começam a pôr em dúvida. Como recebem algumas influências diversas, ampliam, por outro lado, as preocupações ou modificam o rumo com que elas antes se manifestavam. É o caso de certo naturismo didático ou meditativo, que aprendem no inglês Thomson, nos franceses Saint-Lambert e Delille, e ocorre nalguns versos de José Bonifácio (1765-1837) e Francisco Vilela Barbosa (1769-1846). E se este não sai, poeticamente

falando, do âmbito setecentista, o primeiro chega a interessar-se por Walter Scott e Byron, enquanto sua boa formação de helenista o conduz a traduções e imitações, reveladoras de um neoclassicismo diferente do que, entre os árcades anteriores, decorria do trato assíduo de autores em língua latina.

Se um Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha (1769-1811) é continuador puro e simples dos aspectos neoquincentistas da Arcádia, José Elói Ottoni (1764-1851) opta decididamente pelas cadências melodiosas da poética bocagiana, usando o decassílabo *sáfico* (acentuado nas 4<sup>a</sup>, 8<sup>a</sup> e 10<sup>a</sup> sílabas) de um modo bastante próximo ao dos futuros românticos.

De dois outros poetas – Padre Antônio Pereira de Sousa Caldas (1762-1814) e Frei Francisco de São Carlos (1763-1829) – costumavam estes dizer que haviam sido seus precursores, por se terem aplicado à poesia religiosa em detrimento das sugestões mitológicas. A opinião é superficial, ao menos quanto ao segundo, e se explica pelo desejo de criar uma genealogia literária, pois não apenas os temas religiosos foram largamente versados na tradição portuguesa, como, estética e ideologicamente, o poema *Assunção*, de São Carlos, é prolongamento do nativismo ornamental de outros poetas nossos (Itaparica, Durão). É, aliás, uma obra frouxa, sem inspiração, prejudicada pela monotonia fácil dos decassílabos rimados em parselhas. Mas como foi composta ao tempo da vinda de D. João VI, manifesta, muito mais que os anteriores, o senso de integração nacional, abrangendo todo o país na sua louvação ingênua e descosida.

*Sousa Caldas* A maior destas figuras literárias é Sousa Caldas, inspirado na mocidade pelas idéias de Rousseau, que o levaram à humilhação de um auto-da-fé penitenciária e à reclusão em convento. Mas o seu liberalismo era acompanhado de fé igualmente viva, que o fez tomar ordens sacras aos trinta anos e destruir quase todas as poesias *profanas* que compusera. Daí por diante, escreveu poemas sagrados – duros, corretos, fastidiosos – e traduziu com mão bem mais inspirada a primeira parte dos *Salmos* de Davi. Mas permaneceu fiel às idéias, sempre suspeito às autoridades. Por altura de 1812-1813, redigiu uma série de ensaios político-morais sob a forma de cartas, de que infelizmente restam apenas cinco, para amostra do quanto perdemos. Elas manifestam ousadia e penetração, versando a liberdade de pensamento e as relações da Igreja com o Estado num molde de avançado radicalismo. Já em 1791 escrevera uma admirável carta burlesca, em prosa e verso, alternadamente, sugerindo atitude mais adequada ao homem moderno, inclusive repúdio à imitação servil da Antiguidade e à tirania dos clássicos no ensino.

*Elói Ottoni* Provavelmente por influência de Sousa Caldas – que admirava e cujo epitáfio redigiu –, Elói Ottoni aplicou-se em traduzir textos sagrados, publicando os *Provérbios* (1815) e deixando inédito o *Livro de Jó*. Note-se a preocupação destes poetas com o Velho Testamento – que seria largamente utilizado no Romantismo –, definindo um universo religioso bem diverso da piedade rotineira que São Carlos representa.

*O Patriota* Em 1813, o matemático Araújo Guimarães (1777-1838) fundou no Rio *O Patriota*, que durou até o ano seguinte e foi a primeira revista de cultura a funcionar regularmente entre nós, estabelecendo inclusive o padrão que regeria as outras, pelo século afora: trabalhos de ciência pura e aplicada ao lado de memórias literárias e históricas, traduções, poemas, notícias. Como diretriz, o empenho em difundir a cultura a bem do progresso nacional.

*O Patriota* publicou versos de Tomás Antônio Gonzaga, Cláudio Manuel da Costa, Silva Alvarenga. Dentre os colaboradores contemporâneos, sobressaiu, com a inicial B., ao fim de oito artigos de ciência aplicada, Domingos Borges de Barros (1779-1855), árcade influenciado pelos franceses, sobretudo Parny e Delille, que encontrou a certa altura uma tonalidade pré-romântica de melancolia e meditação, redimindo a banalidade de uma obra medíocre – tanto na parte frívola quanto na poética, esta representada por um poema fúnebre sobre a morte do filho, *Os Túmulos* (1825). Com José da Natividade Saldanha (1795-1832) – tipo muito curioso de agitador liberal, exilado a partir de 1824 –, chegamos ao fim da poesia brasileira anterior ao Romantismo, no que ela tem de aproveitável. É um árcade metuculoso, nas obras líricas e nas patrióticas, mostrando que o civismo incrementava e consolidava a diretriz neoclássica, em virtude do apelo constante aos modelos romanos.

*Monte Alverne* Maior agitação interior e claras premonições de Romantismo encontramos nos sermões do referido Frei Francisco de Monte Alverne (1785-1857), que sofreu a influência de Chateaubriand e manifestou pela primeira vez, entre nós, aquele sentimento religioso simultaneamente espetacular e langue, típico dos românticos, parecendo menos devoção que ensejo de emoção pessoal. Apesar da pompa convencional e monotonia das idéias, muitos dos seus discursos ainda resistem hoje à leitura, permitindo avaliar o grande fascínio que exerceu sobre os contemporâneos.

\*  
\* \*

As letras e idéias no Brasil colonial se ordenam, pois, com certa coerência, quando encaradas segundo as grandes diretrizes que as regeram. Em ambas coexistiram a pura pesquisa intelectual e artística, e uma preocupação crescente pela superação do estatuto colonial. Esse pendor, favorecido pela concepção *ilustrada* da inteligência a partir da segunda metade do século XVIII, permitiu a precipitação rápida da consciência nacional durante a fase joanina, fornecendo bases para o desenvolvimento mental da nação independente.